

Arqueologia: investigação e património*

José d'Encarnação*

Revista de Guimarães, n.º 105, 1995, pp. 45-57

Não é, evidentemente, minha intenção apresentar aqui algo de novo; apenas pôr em comum reflexões resultantes de alguma experiência acumulada, quer como docente universitário, quer como membro da Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), quer, ainda, a nível da minha intervenção local, em Cascais, na qualidade de jornalista e de dirigente duma associação de defesa do património, a Associação Cultural de Cascais.

O tema da relação entre investigação e património no âmbito da Arqueologia – ou, se se preferir, da intervenção arqueológica – tem sido amiúde alvo de discussão no seio do referido Conselho Consultivo e em reuniões da Universidade. Por outro lado – e este é o segundo motivo que me levou a escolhê-lo – a Arqueologia desperta hoje na Comunicação Social, mormente televisiva, renovado interesse (vejam-se, a título de exemplo, as séries, ainda que de ficção, protagonizadas por Indiana Jones); e a problemática da 'superintendência' (digamos assim) e do financiamento dos trabalhos arqueológicos pelo IPPAR ou pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) traz alvoroçada a "classe".

Não se duvida que a actividade arqueológica detêm, fundamentalmente, as duas mencionadas vertentes. investigação e património. E parece também evidente, à primeira vista, que a investigação deveria estar preferencialmente ligada à Universidade e a organismos afins (v. g., associações culturais ou profissionais

* Universidade de Coimbra.

devidamente credenciadas) e a vertente patrimonial sob a égide da entidade que, a nível governamental, tem ao seu cuidado o património.

– E a Universidade, porquê?

– Porque, à partida, se nos afigura pacífico afirmar que não há alternativa. Para investigar, é preciso ter conhecimentos. Há-os empíricos, adquiridos pela experiência. Dir-se-á, até, que é a experiência, o «saber de experiências feito» o mais importante e disso se gloriavam os Portugueses afirmando, com Duarte Pacheco Pereira, que a experiência é «a madre de todas as cousas». Mas, para ver, para estar motivado, é preciso aprender e há-de existir uma instituição que avalize tal experiência,

Tem-se discutido muito, ultimamente, o **estatuto** do arqueólogo. Quem é arqueólogo? Quem detém uma licenciatura ou quem detém a experiência, mesmo que não seja licenciado?

Acho que os dois, neste momento da nossa história. Embora pense que nos encaminhamos para uma época em que o primeiro requisito seja uma licenciatura em História, em Arqueologia ou afim (estou a lembrar-me da Geologia, tão importante para os pré-historiadores), coadjuvada, muito embora, pela experiência.

É lugar-comum afirmar que o médico só se faz a partir do estágio, a partir de muitas horas de banco. Acredito que o arqueólogo só se faça com muitas horas à torreira do Sol, com muitos cacos a passarem-lhe pela mão, com muitos goles de poeira...

Mas talvez também aqui haja um outro factor importante a ponderar. É-o em todas as actividades. Não hesitaria, porém, em apontá-lo aqui como da maior importância: a **vocação**.

Reconhece-se que o ensino (mormente o **ensino secundário**) vai mal, porque predominam os agentes que só ali estão por não terem outra saída profissional e ensinar era, de facto, a última perspectiva que, de súbito, se transformou em única tábua de salvação a que, *in extremis*, tiveram de se agarrar.

O arqueólogo também. Acredito que a Arqueologia – já lá iremos – exerce um fascínio enorme sobre a população, designadamente na idade da aventura, na adolescência, que é o momento da escolha de vida. Os filmes televisivos – quer se queira quer não – exercem, neste aspecto, uma sedução impressionante. Quem há aí que não sonhou, um dia, encontrar o túmulo de outro Tutankamon? Quem não se imaginou já em grutas com tesouros insuspeitados?

É o mistério da descoberta. O imã do desconhecido. O pasmo de dar à luz.

Mas depressa o fascínio esmorece, quando se verifica não haver *tutankamons* ao dispor de cada qual e a dureza do trabalho arqueológico começa a ganhar volume.

É, pois, imprescindível ter **vocação**.

O que implica, por outro lado, determinadas qualidades que nem todos terão o condão de possuir:

- espírito de sacrifício;
- capacidade de organização (a todos os níveis);
- grande espírito de observação;
- enorme poder de «arrumação».

Em suma, só poderá ser arqueólogo quem se inclui no número daqueles que resistem a ser meros espectadores da vida...

E talvez resida também aqui uma das dificuldades da Arqueologia em todo o mundo. Um curso de Arqueologia ou uma simples cadeira de âmbito arqueológico – se bem leccionados – incutem no estudante uma capacidade de análise que rapidamente o distingue dos outros estudantes de Letras.

Não o afirmo por afirmar. Confirma-o a experiência de todos os dias. Geógrafos, por um lado, e arqueólogos, por outro, detêm, pela formação, nas faculdades de Letras, uma outra visão das coisas. A leitura de um documento medieval feita por um aprendiz de arqueólogo, não digo que seja melhor, mas é seguramente diferente da dum simples paleógrafo ou aprendiz de historiador da Idade Média.

Coordeno um programa ERASMUS que incide, de modo particular, na História Contemporânea e que integra docentes de diversas universidades europeias, Reunimo-nos amiúde, ora aqui ora acolá, e é extremamente curioso verificar como, num simples visita de estudo, cada qual reage de forma diferente àquilo que desperta o seu interesse. Isso acontece sempre, dir-me-ão, tem a ver com os centros de interesse de cada um, é um ponto assente da Psicologia. Não o nego; mas exactamente aí reside o cerne da questão: o arqueólogo detém – **deverá deter** – uma acuidade visual, uma capacidade interpretativa diferente. Por isso, há arqueólogos e arqueólogos; por

isso serão os arqueólogos pessoas tão intervenientes e, por vezes (se calhar, demasiadas vezes para alguns), **tão incómodas**.

Mas não vamos caminhar por aí, porque, de momento, o que se me afigura importante realçar é a especificidade desta profissão.

Falei em **profissão** e decerto este é um termo o do arqueólogo profissional ou do estatuto profissional de arqueólogo que se poderia abordar também. Por enquanto, consideremos "arqueólogo" quem faz investigação em Arqueologia, E **investigação** era o primeiro ponto de que me propusera tratar.

Poderia fazê-lo de vários ângulos. Numa *perspectiva histórica*: o que é que se tem feito, o que é que há por fazer. Em relação à época romana, tive ensejo de apresentar muito recentemente a minha síntese (repito, a **minha** síntese, que não será a única e, obviamente, nem a melhor) em nota publicado no volume 21 (1993, pp. 461-465) da revista *Evphrosyne*.

Poderia falar também numa *perspectiva metodológica*. Mas, neste campo, outros muito melhor do que eu o fariam, porque mais embrenhados andam nas teorias de Binford e Hodder, e tudo sabem sobre a escavação pelo método dos quadrados, em *open area*, pelas unidades estratigráficas... Decididamente, não vou por aí, que é caminho onde (desculpar-me-ão) me não sinto à vontade. A minha escola foi – e é – o campo e o meu objectivo no campo apenas um, responder a esta singela questão «o que é que eu quero saber?» E a resposta não pode variar muito desta, em todas as ocasiões: **como é que, em determinado momento, as gentes que viveras aqui encaravam o mundo em que estavam inseridas?**

- **em determinado momento**: a preocupação cronológica;
 - **aqui**: a vertente espacial, o território;
 - **as gentes**: a antropologia e, também, as migrações, as instalações;
 - **viveram**: o quotidiano, os seus objectos, as suas casas;
 - **encaravam o mundo**: as suas crenças, os seus mitos, a sua organização, a sua política... **os outros!**
- E para quê?
– Para melhor compreender o inundo em que hoje eu me insiro, para que eu próprio seja mais feliz e os demais comigo.

Também hoje existem famílias constituídas por uma única pessoa (Pe. Feytor Pinto contava-nos, há dois ou três anos, que havia 400.000 em Portugal); também hoje há comunidades isoladas e auto-suficientes, robinsons crusoés em remotas ilhas deste mar encapelado. Mas (sem levarmos em conta os outros robinsons crusoés do nosso quotidiano...) são casos esporádicos, que confirmam a regra. Por isso, uma necrópole não se há-de compreender sem o povoado a que diz respeito, sem os outros povoados com que este se encontra relacionado; uma *villa* romana, por maior que seja, tem um território, e uma cidade também. Arqueólogo que construísse teorias a partir do seu quadrado de 3x3 metros estaria obviamente votado ao fracasso – como todos aqueles que atingem o nirvana olhando para o seu umbigo (e, ao que parece, não serão tão poucos assim, na sociedade actual).

Portanto, sem querer imiscuir-me em congeminações teóricas – para que, de resto, como disse, me não sinto particularmente vocacionado – esta é a metodologia muito concreta que preconizo:

– **Que pretendo saber?**

– **Como hei-de fazer para, mais facilmente, me aproximar das gentes que, um dia, aqui se fixaram e adoraram os seus deuses?**

- Se estou plenamente convicto que, pesando todos os cacos de ânfora, eu chego a conclusões bem válidas, então vamos a isso – toca de pesar os cacos;

- se é anotando UE^s que a sequência ocupacional se me torna evidente sem margem para dúvidas, anatem-se as unidades;

- se é a diferença das camadas, ao longo dos séculos acumuladas, que me dá essa sequência, pois que se definam camadas, se escavem em área aberta as que forem consideradas relevantes e justifiquem-se depois as propostas de interpretação.

Mas, recordemos, no centro de tudo está o Homem. A sua perspectiva perante os outros. A dinâmica do seu existir.

E chegamos, assim, a um ponto... ia a dizer «essencial», mas de imediato me perguntei a mim: o que é essencial? Existe um critério único de essencialidade? Creio bem que não. E, por isso, apenas posso transmitir-lhes a minha opinião. Necessariamente diversa em cada um de nós. Como numa peregrinação a Fátima, a 13 de Maio, em que a intenção do organizador pode ser a prece pelos conflitos na Bósnia e o Alfredo vai mas é porque passa por Alcobaça e pela Batalha que há muito anda para visitar, ainda por cima em companhia da namorada...

E o ponto é este: **investigar para quê?**

E a resposta é simples, porque se prende, no fundo, com o que há de mais essencial na natureza humana: **conhecer as nossas raízes**. Uma fórmula muito usada hoje – e nós sabemos bem porquê, após Maastricht, após «integração europeia», após perspectivas de uma porção de coisas «únicas», gotas perdidas num oceano imenso...

Evidentemente que estou inteiramente em desacordo com os exercícios teóricos a que se estão a dedicar alguns (ditos) arqueólogos das Américas que, à falta de dados concretos retirados de escavações, se deslumbram em especulações «curiosas» (é o mínimo que se pode dizer...). Outro dia, num artigo que, ao que parece, até vai ser publicado, garantia uma douta senhora norte-americana que o empenho e o entusiasmo posto no estudo das grutas da Alapraia tinha como finalidade (se eu bem compreendi, se calhar não compreendi) provar que, já nessas tão recuadas eras, Portugal dava cartas ao Mundo, era original, criara uma civilização diferente. E daí o grande e incondicional apoio que o regime fascista de Salazar dera ao tenente-coronel Afonso do Paço para as escavações. Tudo isso se inseria na lógica do regime!... Como se Salazar estivesse preocupado com as grutas de Alapraia!... Como se, de facto, não fosse a novidade dos materiais ali exumados **oportunamente dados a conhecer em congressos internacionais** – que motivara os arqueólogos de então!...

Conhecer as nossas raízes.
Conhecê-las

para as preservar
para as valorizar

para... as dar a conhecer.

Em Arqueologia, há, pelo menos, duas formas de aceder a esse conhecimento: **premeditadamente** ou **pela força das circunstâncias**.

Numa perspectiva quiçá simplista, o acesso premeditado implica uma elaboração teórica, aquilo a que se convencionou chamar **projecto de investigação**: com base nalguns conhecimentos, formulam-se hipóteses e giza-se uma metodologia capaz (em nosso entender) de nos permitir conclusões.

Nesta direcção se tem apontado e a condição imposta pelos organismos oficiais de só aprovarem intervenções arqueológicas desde que elas se integrem num «projecto de investigação» radica nesse pressuposto. Tal não significa que seja necessariamente objectivo **único** numa escavação a resolução dum problema de índole científica. Um objectivo científico é, contudo, absolutamente exigível, sob pena de, por falta de horizontes, na rota se verifique desnorte.

Discutir-se-á longamente sobre **quem julgará do interesse científico dum projecto**. A Universidade, dir-se-ia. Mas tal resposta não é isenta de polémica, mormente porque se pensa de imediato em dissertações de doutoramento, em provas académicas e, para alguns, tudo isso constitui limitação abusiva, raiando a intromissão indevida.

Não vejo, porém, alternativa. Talvez seja deformação “profissional”. O objectivo científico parece-me imprescindível, tanto mais que, neste momento (e bem, a meu ver) uma qualquer acção, para ser aprovada pelas instâncias superiores, carece de

- fundamentação
- faseamento
- previsão financeira,

Será tempo de falar, então, do financiamento.

Uma escavação arqueológica reúne todas as condições para ser dificilmente apoiada financeiramente. Não atrai mecenato.

- Primeiro, não traz dividendos a curto prazo, a sua rendibilidade é difícil de apreender;

- segundo, porque é raro proporcionar algo que se veja, descoberta a merecer caixa de jornais ou reportagem televisiva;

- depois, porque é tarefa excessivamente demorada, muito cara, impossível de planeamento rigoroso (pior que abertura de estrada em serra beirã ou o dito saneamento básico da Costa do Estoril!...) – os imponderáveis climatéricos, de pessoal...

Nisto, os arqueólogos não podem ombrear com os cálculos teoricamente bem gizados dos homens das ciências e das tecnologias.

Finalmente (e nisto os autarcas detêm plena razão): «Que tenho eu para mostrar?». Os materiais levou-os o arqueólogo para a universidade ou jazem em caixas numa qualquer arrecadação da Câmara à espera que alguém devidamente os estude; as estruturas... falam em lagares, peristilos, estruturas pétreas, mamoadas e... onde estão? Aquelas pedras ali?...

Tentemos, neste caso, equacionar melhor os pontos da questão, voltando um pouco atrás, aos **objectivos da investigação arqueológica**. Falámos do objectivo científico, mas há outro, o **patrimonial**. Aqui, senhores, as raízes não são meramente teóricas, podem palpar-se, podem ver-se, podem valorizar-se.

Talvez seja um falso problema o da questão do financiamento dos trabalhos arqueológicos. No fundo (quem sabe?), o que nos tem faltado é o discernimento suficiente para captarmos esse financiamento.

Falava, há dias, na Universidade de Granada com o director do Departamento de História Antiga e perguntava-lhe se também em Espanha se notava a tendência para deixar de lado as Ciências Humanas no que respeita a financiamento de projectos, «Antes pelo contrário!», disse-me, acrescentando que nunca lhe faltara dinheiro para a investigação, porque sempre procurara pautar os seus pedidos pelas normas vigentes, ombreando assim com as Ciências e Tecnologias. Claro que urgia compreender que um projecto com utilização de largo equipamento laboratorial tinha necessariamente de ser mais dispendioso e, por isso, receber verbas mais avultadas. Mas, perorava, *sabes que é muito mais fácil a gente queixar-se do que apresentar projectos a tempo e horas?...*

E quem financia a Arqueologia? A Universidade? A Secretaria de Estado da Cultura? As autarquias?

No âmbito da JNICT, quiçá fosse de encarar a possibilidade de abertura de concursos específicos para a Arqueologia.

Tem o IPPAR logrado, até agora, colher verbas do PIDDAC para financiar acções integradas no chamado Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. É um procedimento não isento de críticas e de riscos, como se tem verificado; por outro lado, detém carácter precário e tem sido mínimo o montante disponível em relação aos pedidos em carteira.

E as universidades? Talvez não seja despropositado considerar «aparente» a afirmação de que as universidades não financiam a Arqueologia. Escavações enquanto tais, com as despesas específicas a elas inerentes, não. Mas os funcionários em escavações continuam a ganhar o seu salário; o tempo da escavação é considerado tempo de serviço; e há todo um apoio institucional – de tempo, de bibliotecas, de livros que se compram, de revistas que se publicam.

Importa focar ainda o papel das autarquias. Para elas, apesar de tudo, vão, se nós quisermos, os principais dividendos que se colhem duma escavação:

a) «O local ganha movimento» com a presença da equipa. Não será muito, dir-se-á; mas eu bem vi o que se passou na Vidigueira, com as campanhas de S. Cucufate.

b) «A Comunicação Social», mais tarde ou mais cedo, acaba por aparecer – e é sempre um bom pretexto para se falar da terra.

c) Mais tarde ou mais cedo, também o arqueólogo fará uma «comunicação» acerca do seu trabalho num encontro científico, no País ou no estrangeiro. E, mais uma vez, é a terra falada. Recordo Freiria que, até há uns oito anos atrás, ninguém conhecia, nem os autarcas, e hoje goza de renome internacional mercê da *villa* que lá está a escavar-se. E ele há reportagens televisivas e comentários nos jornais. Em 1992, até recebi um numeroso grupo de arqueólogos do Istituto Nazionale di Studi Romani, de Roma, que fizera questão em incluir Freiria no programa da sua visita a Portugal... Como, a este propósito, escreveu Celestino Costa, um poeta popular da região,

*Das "terras" da minha terra
Já fugiu a poesia,
Mas pode, um dia, voltar,
Como voltou à Freiria.*

d) Mais ou menos abandonadas, com ou sem projecto de valorização, as estruturas arqueológicas postas a descoberto ficam lá; são visitáveis; por vezes, até se propõe a sua classificação. É um trunfo a não desperdiçar.

e) E os materiais não partirão, decerto, definitivamente, alhures; em exposição temporária ou permanente, no salão da colectividade local ou na sala de exposições do museu municipal, serão pretexto de enaltecimento das raízes locais.

Por tudo isto, **as câmaras não têm deixado os seus créditos por mãos alheias** e, de um modo geral, desde que não sejam ludibriadas por construtores de promessas, apoiam tudo, na medida das suas capacidades.

Problema maior é **encontrar quem queira trabalhar**. Numa sociedade onde o lucro é fácil, o jovem hesita longamente entre o trabalho sazonal numa esplanada, donde auffle boa maquia, e comer pó, cavar e varrer num sítio descampado onde não há vivalma e lhe dão – **quando dão** – parques tostões. Tive, em tempos, trabalhadores camarários – mas aquilo era, de facto, areia demais para a caminheta deles. Desisti e desistiram.

Cumpram-nos o encargo de despertar o gosto por estas coisas. O que, convenhamos, não é nada fácil.

Não se pode pagar muito – têm-se poucos elementos. Têm-se poucos elementos – o trabalho não avança (já de si é lento), os resultados tardam... e recomeça o círculo vicioso.

Como vimos, facilmente se entrelaçam **investigação e património**. Mesmo sem considerarmos que investigar já é também património, riqueza.

Mas, por mais ricos que sejamos – recordo a parábola evangélica dos talentos (*Mateus 25, 14-30*)–, importante é igualmente **rendibilizar**. E, para isso, nada melhor do que as **publicações**.

Aqui teríamos pano para mangas, como sói dizer-se. Gostaria, porém, de sublinhar apenas dois ou três pontos.

Primeiro, a importância da publicação dos resultados dos trabalhos arqueológicos. Uma publicação a vários níveis:

– para os oficiais do mesmo ofício (em linguagem quase só por eles entendível);

– e para o grande público: o desdobrável, o roteiro (boa iniciativa a do IPPAR com a colecção de roteiros), a monografia acessível...

E aqui, no sector das publicações, há, de facto, que investir. E de pôr, senhores, o dedo na ferida:

- Não me parece bem (ia a dizer «não é admissível») que se regateiem verbas para uma revista oficial com o prestígio d’*O Arqueólogo Português* e se atrase, por isso, a sua publicação (o último volume publicado, um volume duplo (6/7), refere-se a 1988-1989!...).

- Não prestigia a Instituição o facto de uma publicação de tamanha importância como a *Informação Arqueológica* esteja em 1987 (o nº 9, já publicado mas ainda por distribuir em Outubro de 1994), quando há material para editar os números relativos aos anos subsequentes.

- Também me custa aceitar que demore tanto a discutir, a nível parlamentar e/ou governamental, a possibilidade de as revistas científicas, quando enviadas em regime de permuta, serem beneficiárias de um regime semelhante ao do porte pago, como os jornais – se elas tanto divulgam a cultura portuguesa e tanto contribuem, precisamente mediante essa permuta com congéneres estrangeiras, para o substancialíssimo enriquecimento das bibliotecas portuguesas. Em vez de se beneficiar, ainda se agravaram os custos dos portes postais – o que mais debilita o negro orçamento das entidades editoras.

Recorra-se à iniciativa privada, dir-se-á. Mas quem há aí suficientemente louco para enterrar dinheiro numa empresa que não tem contrapartidas visíveis?

No entanto, talvez uma outra palavra seja de aplicar aqui (e que se me perdoe o estrangeirismo). *marketing*. Quiçá tenham faltado aos arqueólogos e à Arqueologia as técnicas do *marketing* para equilibrar as colunas do **deve** e do **haver**. E não é o património arqueológico uma fatia importante do bolo que hoje “turisticamente” se pode vender?

Não teremos nós demasiada tendência para, sorrateiramente, comodamente, nos encostarmos ao Muro das Lamentações?...



casadesarmento

centro de estudos do património

Escreveu Michel Quoist:

Se não podes construir um castelo, podes ao menos construir uma cabana, mas não te sentirás bem na tua cabana enquanto sonhares com o castelo.

(*Construir*, Morais Editora, Lisboa, 1965, p, 192).

Ou seja, uma choupana até pode ser confortável desde que os seus habitantes não estejam sempre a sonhar com um palácio; mas também os donos do palácio não serão felizes se amiúde sonharem com a choupana.

Na Arqueologia portuguesa, se calhar, há, na verdade, o palácio e a choupana; e quem sabe se nem um nem outro são aproveitados em plenitude!?